



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UFPI**

**PROCESSO: 23111.071847/2019-03**

**INTERESSADO:** Coordenadoria de Manutenção Patrimonial - PREUNI

**ASSUNTO:** Solicita empenho referente ao exercício 2019, Pregão nº 15/2019

**PARECER:** Nº. 279/2020 UFPI-PGF-AGU

**Ementa:** Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 61/2019/UFPI, celebrado entre a Universidade Federal do Piauí e a Empresa MultPar Serviços de Construção LTDA. **Admissibilidade condicionada ao atendimento da Lei nº 8.666/93 e das observações expendidas.**

**Ref. Legislativa:**

Lei nº 8.666/1993

Lei nº 10.522/2002

1. Chega a este órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal junto à UFPI, para análise e parecer, o processo acima referenciado, no qual consta a proposta do **Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 61/2019/UFPI/Empresa MultPar Serviços de Construção LTDA.**, tendo por objeto prorrogar o referido contrato, para que sua vigência seja estendida até 13 de novembro de 2021.

2. Para o que interessa à presente análise do processo, encontram-se os autos instruídos com os seguintes documentos:

- a) Memorando eletrônico nº /2019 – DIPROT/PRAD (fl. 02);
- b) Despacho nº 9175/2019 – PRAD (fl. 03);
- c) Despacho nº 8903/2019 – GEXCONT/PRAD (fl. 04);
- d) Despacho nº 8977/2019 – PRAD (fl. 05);
- e) Despacho nº 9167/2019 – GECON/PRAD (fl. 06);
- f) E- mails - Prorrogação de Vigência (fls. 11/18);
- g) Relatórios - Análise de prorrogação de vigência (fls. 19/24 e 326/331);
- h) Requerimento prorrogação de contrato – MultPar (fl. 25);
- i) Portaria nº 95/2020 – PRAD (fls. 26/27);
- j) Termo de contrato de prestação de serviços e outros (fls. 28/139, 164/282, 293/296 e 333/336);
- k) Despacho nº 3974/2020 – GECON/PRAD (fl. 140);
- l) Relatório de cotação (fls. 141/143);
- m) Declaração SICAF e relatórios (fls. 144/148);
- n) CEIS (fls. 149/150);
- o) Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos (fls. 151/ 152);
- p) Certidão negativa de Improbidade (fls. 153/ 154);
- q) Despacho nº 3216/2020 – CCL/PRAD (fl.155);
- r) Memorandos eletrônicos e Despachos (fls. 156/159);

- s) Reajuste de Preços – MultPar (fl.160);
- t) Despacho nº 4055/2020 – GECON/PRAD (fl. 163);
- u) Despachos (fls. 287/288);
- v) Despacho nº 4055/2020 – GECON/PRAD (fl. 290/291);
- w) Declarações e Certidões (fls. 297/310);
- x) Despacho nº 3295/2020 – CCL/PRAD (fls. 311/313 e 340/342);
- y) Despachos e memorandos (fls. 314/321);
- z) Justificativa de Prorrogação de Contrato (fls.322/324);
- aa) Minuta de Primeiro Termo Aditivo (fls.337/339);
- bb) Alteração Contratual nº 05 da Sociedade Empresária MultPar (fls. 502/508);
- cc) Alteração Contratual nº 06 da Sociedade Empresária MultPar (fls. 509/514);
- dd) Despacho nº 4076/2020 – DA/PRAD (fl. 516);
- ee) Despacho nº 4948/2020 – PRAD (fl. 517);
- ff) Despacho nº 4804/2020 – GAB.

**É o relatório. Passa-se a opinar.**

3. Da análise da Minuta do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 61/2019, que entre si celebram a Universidade Federal do Piauí e **Empresa MultPar Serviços de Construção LTDA.**, ora sob exame, verifico que seu objeto guarda consonância específica com o vigente contrato, já que este estabelece previamente a possibilidade de prorrogação de sua vigência (fl. 28), na sua Cláusula Segunda.

4. Com efeito, conforme Justificativa nº 28 da Gerência de Contratos à Diretoria Administrativa (fls. 322/324) acostado nos autos, vislumbra-se a justificativa de prorrogação contratual, como exposto abaixo:

*Após apreciação da manifestação da Fiscal do Contrato, como favorável à prorrogação, acreditamos ser necessária a referida prorrogação, por se tratar de serviços executados de forma contínua e pela de atender a demanda de serviços de manutenção predial com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, do Campus Ministro Petrônio Portela e Unidades externas (CCS, CEAD), em Teresina Piauí.*

5. Mediante a justificativa elencada acima, o caso em tela encontra previsão legal no artigo 57, §§ 1º e 2º, inciso II e VI, da Lei 8.666/93, in verbis:

*Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*

*II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;*

*§2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.*

6. Para que seja possível a prorrogação com base no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993, **é imprescindível que esta tenha constado do ato convocatório**, nos termos do item 1, do Anexo IX, da IN 05/2017 – MPDG.

7. Para a referida Instrução Normativa, especificamente o previsto no art. 15, serviços contínuos são aqueles que:

*“pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma*

*permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.”*

8. É dizer, para caracterização do serviço de natureza contínua, é imperativo considerar tanto as características e particularidades da demanda do órgão assessorado, como a efetiva necessidade do serviço para a realização de suas atividades essenciais.

9. No caso, trata-se da “***prestação de serviços executados de forma contínua e pela de atender a demanda de serviços de manutenção predial com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, do Campus Ministro Petrônio Portela e Unidades externas (CCS, CEAD)***”, cuja natureza contínua é atestada às fls. 326/331 pelos Fiscais do Contrato.

10. Nesse diapasão, impende destacar a Instrução Normativa nº 05 de 26 de maio de 2017, cuja vigência se iniciou, conforme seu Art. 75, cento e vinte dias depois de sua publicação, e que, nos termos do item IV da Conclusão DEPCONSU/PGF nº 137/2017, aplica-se aos aditivos de prorrogação contratual celebrados após o início da sua vigência, qual seja 25/09/2017. O anexo IX da citada IN dispõe sobre os regramentos da vigência e prorrogação dos contratos administrativos. Ressalte-se, oportunamente, que a própria IN 05/2017 foi posteriormente alterada pela Instrução Normativa nº 07/2018-SEGES/MPDG, tendo sido incluído em seu art. 75 o § 1º que informava que permaneciam regidos pela IN 02/2008 os contratos decorrentes de procedimentos autuados ainda na sua vigência<sup>1</sup>.

11. **Conforme o item 3 do anexo IX da IN nº 05/2017**, para a renovação de serviços de natureza continuada, deve estar comprovada a manutenção da vantajosidade econômica (inclusive com comparação dos preços de mercado), a regular prestação do serviço, justificativa e interesse, e a regularidade do contratado para firmar a renovação, além da manutenção das condições iniciais de habilitação. Eis o dispositivo com os requisitos a serem observados:

*3. Nas contratações de serviços continuados, o contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, podendo ser prorrogados, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que a instrução processual contemple:*

*a) estar formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*

*b) relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

*c) justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

*d) comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;*

*e) manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e*

*f) comprovação de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*

12. Quanto à alínea “d”, o item 4 dispõe:

*4. A comprovação de que trata a alínea “d” do item 3 acima deve ser precedida de análise entre os preços contratados e aqueles praticados no mercado de modo a concluir que a continuidade da contratação é mais vantajosa que a*

<sup>1</sup> § 1º Permanecem regidos pela Instrução Normativa nº 2, de 2008, todos os contratos decorrentes dos procedimentos administrativos autuados ou registrados até a data de entrada em vigor desta norma.

*realização de uma nova licitação, sem prejuízo de eventual negociação com a contratada para adequação dos valores àqueles encontrados na pesquisa de mercado.*

13. Deste modo, a pesquisa de preços necessária à aferição da vantajosidade deve observar o disposto na Instrução Normativa nº 05/2014 – SLTI/MPOG, especialmente através da média de 3 preços/cotações válidas, que deverá constar dos autos.

14. Destaque-se que a vantajosidade econômica da proposta para a Administração é um imperativo previsto no art. 3º da Lei Federal nº 8.666, de 1993, bem como no artigo 57, II, da mesma lei.

15. O E. TCU, em reiterados julgados, tem se posicionado pela necessidade de a proposta ser a mais vantajosa para a Administração, o que deve ser evidenciado com a realização de pesquisa de mercado e cuja comprovação deve instruir o processo.<sup>2</sup>

16. Todavia, sobre a matéria, impende a observância ao item V da Conclusão DEPCONSU/PGF/AGU nº 143/2018, conforme o parecer aprovado pelo Procurador-Geral Federal, que dispõe:

*V. A vantajosidade da prorrogação nos contratos de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra estará assegurada quando houver previsão contratual de índice de reajustamento de preços, o que não impede que o gestor, diante das especificidades do contrato firmado, da competitividade do certame, da adequação da pesquisa de preços que fundamentou o valor de referência da licitação, da realidade de mercado, bem como da eventual ocorrência de circunstâncias atípicas no setor da contratação, decida, de maneira fundamentada, pela realização da pesquisa de preços.*

17. Cumpre ressaltar, entretanto, o entendimento expedido no Parecer 001/2019/DECOR/AGU, aprovado pelo Advogado-Geral da União, de que, nos contratos contínuos sem dedicação de mão de obra exclusiva, a pesquisa de preço não é indispensável para a prorrogação contratual, desde que a Administração atente-se para as providências contidas no referido parecer, especialmente no que se refere ao item II, *in verbis*:

**EMENTA: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES. CONTRATOS DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA. PRORROGAÇÃO. PESQUISA DE PREÇOS. NÃO OBRIGATORIEDADE. PRESUNÇÃO DE VANTAGEM ECONÔMICA.**

*I - É possível a renovação (prorrogação) dos contratos de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, sem a obrigatória realização de pesquisa de preços, para comprovação das condições vantajosas justificadoras da prorrogação.*

*II - Nessas hipóteses de não realização da pesquisa de preços, deve o gestor atestar que o índice de reajuste aplicável ao contrato acompanha a ordinária variação dos preços de mercado, bem como apresentar justificativa, de ordem econômica, administrativa ou outra pertinente, a ser indicada como elemento de vantagem (vantajosidade) legitimador da renovação (prorrogação) contratual.*

18. No intuito de registrar que a Contratada vem cumprindo com suas obrigações contratuais e exercendo suas atividades a contento, é indispensável a juntada ao processo da

---

<sup>2</sup>“9.10.4. Somente proceda à prorrogação de contratos de prestação de serviços executados de forma contínua quando reste demonstrado que tal opção assegure a obtenção de condições e preços mais vantajosos para a Administração, conforme preceitua o art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93, o que deve ser evidenciado com a realização de pesquisa de mercado para serviços similares, devendo ser incluídos nos autos do respectivo processo administrativo os documentos que fundamentem a decisão;”(Acórdão 3351/2011 – Segunda Câmara – TCU)

manifestação do fiscal do contrato, atestando que os serviços tenham sido prestados regularmente. Ressalte-se que a partir da vigência da IN 05/17, qual seja 25/09/17, devem ser observadas as suas disposições no que **concerne à gestão e fiscalização dos contratos de prestação de serviço**, contidas nos seus artigos 39/48, consoante o item IV da Conclusão DEPCONSU/PGF nº 137/2017, no que deve ser observado pelo respectivo fiscal em seu relatório, **através de manifestação complementar**.

19. No que tange à regularidade fiscal, ela deverá ser mantida durante toda a execução contratual, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666, de 1993. Além disso, com o advento da Lei nº 12.440, de 2011, sobreveio também a necessidade de comprovação de regularidade trabalhista, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. Cabe ao Administrador, pois, zelar pela **efetiva validade dessas certidões** na ocasião da prorrogação.

20. Ademais, em vista da exigência imposta no art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 2002 e do teor da Orientação Normativa interna nº 01, da Consultoria Jurídica da União, recomenda-se consultar previamente o CADIN, o SICAF e o CEIs e, também, conforme recomendação do TCU constante do acórdão nº 1.793/2011-P, é necessária a consulta ao cadastro nacional de condenações cíveis por atos de improbidade administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

21. Em relação ao questionamento contido no bojo da Justificativa nº 28 da Gerência de Contratos à Diretoria Administrativa (fls. 322/324), se vínculo com o serviço público cadastrado no SICAF, do sócio/administrador José Jesus Trabulo de Sousa Júnior da Empresa contratada, acarreta de alguma forma a não prorrogação do Termo do Contrato nº 61/2019, convém destacar que, ao formular a consulta, a consulente informa:

“A empresa foi notificada no dia 08/10/2020 para regularizar a situação no SICAF, conforme doc9, pg. 13 a 16 anexo. Ao consultar o SICAF na mesma data, a pendência que constava com a Receita Estadual /Distrital foi sanada. No entanto permanece a ocorrência: Vínculo com o "Serviço Público". A empresa justificou tal ocorrência com a 5ª e 6ª Alteração Contratual, mencionando que o Sócio JOSÉ JESUS TRABULO DE SOUSA JÚNIOR, não seria mais sócio administrador da empresa, conforme doc9, pg. 16 a 18, anexo.

Consta na 5ª Alteração Contratual (doc14 anexo), a saída da sócia JULIANA ROSADO ROCHA, e a admissão dos dois sócios: ANDREZA OLIVEIRA PEREIRA e WANDER GUSTAVO MAIA. Com a informação de que JOSÉ JESUS TRABULO DE SOUSA JÚNIOR detém mais da metade do capital social da empresa, cabendo a administração à ANDREZA OLIVEIRA PEREIRA e WANDER GUSTAVO MAIA. Já na 6ª Alteração Contratual (doc15 anexo), trata-se da alteração das atividades da sociedade.

Ao consultar novamente o SICAF, em 12/10/2020, a ocorrência Vínculo com o "Serviço Público" continua, conforme doc9, pg. 3 e 4 anexo. Demais relatórios SICAF: Relatório de Sócio/Administrador; Relatório Nível I/Credenciamento; e Relatório Dirigente, doc9, pg. 8 a 14 anexo.”

21. O artigo 9º, III, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos) **veda a participação de empresas que tenham sócios, dirigentes ou empregados com parentesco com agentes públicos do órgão ou ente contratante**, até o terceiro grau, ainda que a contratação seja realizada por meio de credenciamento. Também é vedada a participação de

empresa que tenha vínculo com dirigente ou servidor integrante da unidade responsável pela licitação, ou com qualquer servidor que, de acordo com a autoridade administrativa competente, **tenha poder de influência sobre o certame, *vérbis*** :

Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

**III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.**

22. A Lei nº 8.112/90, que trata sobre o tema, dispõe:

Art. 117. Ao servidor é proibido:

X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; [\(Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008\)](#)

23. A situação posta à apreciação deste órgão jurídico não evidencia a ocorrência de qualquer das vedações acima apontadas, seja na Lei nº 8.666/93, posto que o cargo de direção atribuído ao pelo sócio-gerente não seria exercido no “**órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação**”, seja na Lei nº 8.112/90, porque eventual irregularidade praticada pelo servidor, não teria o condão de atingir o contrato, exceto se comprovada o favorecimento da empresa em razão de influência do sócio, utilizando-se da condição de servidor público. Fora disso, eventual sanção disciplinar, se apuraria no âmbito do ente público com o qual o servidor mantém vínculo. Por outro lado a consulente atesta que consta dos autos, acostada às fls. 509/514, documento que comprova a Alteração nº 6 da Sociedade Empresária MultPar, comprovando a que o sócio cotista José Jesus Trábulo de Sousa Júnior, teria sido afastado da administração da empresa, cabendo aos sócios Wander Gustavo Maia e Andreza Oliveira Pereira a sua gestão. Assim, no caso em questão não cabe nenhuma das hipóteses de proibição previstas no artigo 9º III, da Lei nº 8.666/93, nem a vedação contida no art. 117, teria implicações ao ponto de se constituir em obstáculo à prorrogação contratual em tela, sem, evidentemente se afastar a possibilidade da apuração da infração disciplinar ao servidor.

23. Conforme o item 10, do Anexo IX, da IN 05/2017, deve-se comprovar a **disponibilidade de caixa para arcar com os custos do contrato**, de cada uma de suas parcelas, sobretudo as parcelas que serão pagas no exercício financeiro seguinte. Inteligência da IN 02/2008, reiterada na IN 05/2017.

*10. Nos contratos cuja duração, ou previsão de duração, ultrapasse um exercício financeiro, deverá ser indicado o crédito e respectivo empenho para atender à despesa no exercício em curso, bem como cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, com a declaração de que, em termos aditivos ou apostilamentos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura.*

24. A declaração de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal<sup>3</sup> e deve constar dos autos. Por sua vez, acerca da declaração de Adequação Orçamentária e Financeira devem-se observar as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse sentido, cabe observar a Orientação Normativa nº 52 da AGU:

*As despesas ordinárias e rotineiras da Administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000.*

25. Ainda quanto à matéria, eis a disposição contida na Conclusão Depconsu /PGF/AGU nº 01/2012:

*“As exigências do art. 16, incisos I e II, da LRF, somente se aplicam às licitações e contratações capazes de gerar despesas fundadas em ações classificadas como projetos pela LOA. Os referidos dispositivos, portanto, não se aplicam às despesas classificadas com atividades (despesas rotineiras)”*

26. Destaque deve ser dado aos itens 11 e 12, do Anexo IX, da IN 05/2017, eis que tratam de hipóteses de vedação da prorrogação contratual, e itens específicos a serem observados quando tratar-se de serviços de natureza continuada:

**11. A Administração não poderá prorrogar o contrato quando:**

a) os **preços contratados estiverem superiores** aos estabelecidos como limites em ato normativo da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços; ou

b) **a contratada tiver sido penalizada** nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**12. Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada, deve-se observar que:**

a) o prazo de vigência originário, de regra, é de 12 (doze) meses;

b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses, nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a Administração; e

c) é juridicamente possível a prorrogação do Contrato por prazo diverso do contratado originalmente.

27. Nesse sentido, quanto à prorrogação de prazo, cumpre seja respeitado o item 5, do Anexo IX, da IN nº 05/2017:

**A prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente do setor de licitações**, devendo ser promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da consultoria jurídica do órgão ou entidade contratante.

28. Por fim, verifica-se que não haverá, também, solução de continuidade entre o Contrato originário e o aditivo a ser realizado, o que deve ser preservado, consoante exigência contida na Orientação Normativa nº 3, de 1º de abril de 2009, da AGU, de observância obrigatória a todos os seus órgãos e membros, *verbis*:

*Na análise de processos relativos à prorrogação de prazo, cumpre aos órgãos jurídicos verificar se não há extrapolação do atual prazo de vigência, bem como eventual ocorrência de solução de continuidade nos aditivos precedentes, hipóteses que configuram a extinção do ajuste, impedindo sua prorrogação.*

<sup>3</sup> Lei 8.429/92, art. 10, IX. E art. 7º, §, II, 38 e 55, V da Lei nº 8.666/93.

29. Ressalta-se, ainda, que deve observar o disposto na Orientação Normativa nº 02, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S.1, p. 13), *ad verbum*:

*Os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, **devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento.***

30. Recomenda-se, por oportuno, que a Administração adote as providências necessárias a atender às recomendações constantes do item 5.8, da Portaria Normativa nº 05, de 19 de dezembro de 2002, pelo qual os autos de processo administrativo não devem exceder a 200 (duzentas) folhas, sendo necessário, se for o caso, que o processo seja decomposto em novos volumes.

31. A minuta do Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 61/2019 foi anexada às fls. 337/339. Quanto a ela, opinamos pela sua aprovação.

32. Ademais, caso tenha havido o oferecimento da garantia, há necessidade de sua renovação.

33. Em face do exposto, opinamos, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, pela **possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo de prorrogação contratual**, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e no item 3, do anexo IX, da IN nº 05/2017, **desde que previamente atendidos os requisitos necessários à prorrogação, citados neste parecer, especialmente o disposto nos itens 7 a 32 supra.**

Submeta-se o presente parecer à consideração superior.

Teresina, 30 de outubro de 2020.

**FRANCISCO DE CASTRO MACÊDO**  
Procurador Federal

lrsf